ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Preâmbulo:

Hoje, raramente alguém é responsabilizado e penalizado pelos maiores absurdos que ocorrem administração comumente na pública de nosso País, sendo que as e incompetências ineficiências aparecer - se aparecerem - como fato consumado, muitas vezes em desastres, só no fim do projeto, isto quando o projeto não é simplesmente abandonado. Cabe lembrar que, diuturnamente, são relatados imprensa casos de abandono de obras importantíssimas para saúde, transporte, ... por conta de projetos e atividades tocados de qualquer jeito sem responsabilidades assumidas e recursos garantidos cronogramas serem respeitados.

Assim, batalhas comum que administrativas e até judiciais, muitas vezes inócuas, vão persistir nestas ineficiências e ocupar o Ministério Público, tribunais de contas, judiciário sem nem servirem de exemplo para que esses erros praticados não venham nunca mais a se repetir. Pois, certamente serão repetidos se não houver providências sérias, principalmente para o caso de projetos relacionados a propinodutos. Já projetos bem pensados, planejados, com recursos previsibilidade de disponíveis dentro das prioridades assumidas pelos governantes e, por isto, realistas, dificilmente poderão ser, irresponsavelmente, criticados e bloqueados como ocorre atualmente nos nossos parlamentos entre "situação" e "oposição", via sanha sinistra da atual política de nós contra eles.. contribuintes e comunidade em geral que se ferrem.

Assim, temos mais é que planejar... planejar...planejar.... e, então, tudo Ok? Ok, aí é aprovar para só executar no tempo certo e programado, com recursos e tudo o mais conforme previsto. Sabemos que não é isto que vem ocorrendo pelo nosso infeliz País afora que caiu nas mãos de facínoras e ladrões em uma imensa estrutura de poder e corrupção de braços dados com sua prima irmã ineficiência. E tudo medrado a partir da sofreguidão de poder de "políticos" pela possibilidade de reeleição ad eternum o que exige miliardárias (2,7 bilhõe\$ a serem torrados em "propagandas 2018) campanhas eleitorais" que vendem esses "bons" políticos com jingles e historinhas maravilhosas além de muitas promessas, logo esquecidas após a eleição.

Sugestão:

Carecemos desde sempre (?) de um efetivo e realista Sistema Público de Planeiamento e Acompanhamento Executivo/Financeiro de projetos e subprojetos - tipo PERT (Program Evaluation and Revisional Techniques) estruturados dentro de Programas e Planos de Governo bem como a definição (ou revisão) padronizada de protocolos de rotinas nas atividades continuadas sistêmicas), como atendimentos médicos, burocráticos, etc. com previsões abalizadas de custos financeiros, recursos físicos e humanos e prazos como garantia de exequibilidade continuada de toda a ação Bem bolado, testado e governamental. implementado, pode-se chegar a um Sistema Governamental de Controle que integre, vertical e horizontalmente em estrutura programática matricial, os órgãos setoriais executivos dos níveis municipal, estadual e

federal que estejam envolvidos no planejamento e/ou na execução de cada ação governamental.

A integração vertical, entre municípios, estados e federação, bem como lateral, entre setores envolvidos em rotinas, projetos, programas, planos, implica em se ter sistemas informáticos integrados e que conversem entre si.

É evidente que para início deverão ser preparadas equipes de monitores sobre as técnicas de planejamento e avaliações, controle, etc. para, talvez através de EAD (Ensino À Distância por internet) levar esses conhecimentos e exercícios de diagramação para equipes de todos os municípios e estados.

Assim, lastreados em sistema informático nacional, de fácil acesso gerenciamento governamental e para comunitárias, com todas ações/eventos e metas planejadas, das mais simples às mais complexas, codificadas com protocolos de responsabilização em termos de gestão e de execução, apropriação de custos, atrelando-se os respectivos orçamentos aprovados em centros e sub centros de custo sempre com os CPF's dos responsáveis pela execução e gestão de cada projeto de governo, pode-se, a qualquer momento, puxar do sistema em que etapa está um projeto, quem é seu gerente, quanto já despendeu e em quais setores ou centros de custo, quando está previsto o seu término, etc. Ou seja, de forma bem diferente ao que vem ocorrendo no País sem controle, sem informações e indicação de responsáveis por atividades diretas contratadas.

Com este sistema de administração de planos-programas-projetos, as denominadas "emendas parlamentares" não podem existir como hoje existem, pois concorreriam com projetos bem planejados e aprovados na disponibilidade de recursos orçamentários além de tumultuar o sistema informático de execução de projetos. Elas terão de ser

inseridas nos protocolos de criação e aprovação de projetos.

Todo o projeto em aprovação deve ser bem divulgado para receber sugestões e críticas. Uma vez aprovado, receberá seu códigos de controle e previsão de início e fim com projeção dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao longo de seus eventos e etapas submetidos à gerência de controle de projetos e despesas.

Com tal sistema implantado e de fácil acesso às informações básicas, qualquer anomalia em termos de tempos, custos (financeiros, humanos, equipamentos,..) deverá o sistema acender uma luz de revisão em tempo de execução com a indicação das corretas responsabilidades no projeto ou atividade para avaliação e solução imediata ou, até, de soluções extremas como uma revisão drástica ao extremos da indicação cancelamento evitar mais total para desperdícios, constatada se assim necessidade pelos especialistas.

Esta sugestão implica em uma total revisão do sistema atual, notadamente em termos de gerência e da ação continuada e eficiente desta gestão pública. Para tanto, no Executivo somente se deveria ter, como chefias, funcionários de carreira selecionados por critérios de méritos bem objetivos e transparentes, rígidos ao ponto de poderem levar à exoneração de cargo de chefe, diretor, etc., caso o mesmo não consiga atingir as metas e objetivos indicados no diagrama de planejamento sem uma razoável justificativa técnica.

Adicionalmente, um sistema funcional de planejamento e execução como o proposto deve ser programado, gerenciado (revisado sempre que necessário), e operado (ou fiscalizado em obras licitadas) fundamentalmente por pessoal preparado de carreira.

Já para os altos escalões, de ministros e diretores operacionais e financeiros, a escolha (pelo presidente ou primeiro ministro, governador, prefeito) dos responsáveis deveria ser feita a partir de listas sêxtuplas de candidatos, selecionados em votações, amplas e bem controladas, em associações profissionais, sociedades científicas, associações patronais, etc., de setores profissionais da(s) área(s) do Ministério ou Secretaria. E, importante, projetos e rotinas de serviços básicos para a população já em execução, exceto casos extremos e perfeitamente justificados por defesa técnica abalizada e aceita, não poderão mais ser descontinuados por uma simples penada de novo "chefe", diretor, prefeito, ministro, governador, presidente,... na tentativa de mudar intempestivamente os rumos da programação já consolidada e em andamento.

Resultados esperados:

- 1 atingir um perfeito domínio informático sobre o planejamento, a execução e apropriação de custos governamentais o que não ocorre hoje, com dados confiáveis e de fácil acesso, projetos bem definidos e controlados em termos de cronologia (todas as etapas de cada projeto com começo e fim definidos) e de investimentos (recursos financeiros, humanos e materiais);
- 2 a integração dos sistemas e o acesso universal das ementas de cada programa e projeto, apontará em tempo de planejamento a existência de ações já existentes similares para eventual integração, aquisição ou troca de *know how* e, até, para evitar superposições de ações idênticas com mesmo objetivo que poderiam vir a ocorrer;

- 3 com bom planejamento e controle e revisões da execução e de custos, certamente os custos de projetos cairão significativamente;
- 4- concomitantemente as metas serão atingidas nos tempos programados;
- 5 projetos terão de ser bem pensados, evitando-se os atuais açodamentos com projetos iniciados e não concluídos devido a falta de avaliações de exequibilidade financeira ou outras;
- 6 as "emendas parlamentares" aos orçamentos da União, estados e municípios passariam a ser organizadas dentro deste esquema geral de programação de modo a não se transformarem em projetos improvisados, pois o tempo que se "perder" com o planejamento se ganhará com resultados efetivos em prazo e custos bem detalhados;
- 7 assim, a implantação deste sistema irá acabar com o deletério modelo do "toma-lá-dá-cá", visto que políticos em atuação na legislatura e/ou apaniguados sem referências e competências adequadas para exercer cargo executivo ficam proibidos de assumir chefias e direção públicas, pois o que vem ocorrendo é que, de 4 em 4 anos, "aparecem" novas chefias e aspones que "caem de paraquedas", completamente fora do assunto, para ditar regras onde e como deve ser gasto o dinheiro do orçamento do setor, tumultuando a ação governamental e podendo levar, no mínimo, a prejuízos em projetos já em andamento..

Rev. 18/09/19

© WingeM;2019. https://mw.eco.br/zig/sug/ADM_03_Planej_Exec_Publ.pdf

Voltar para: SITE ou SUGESTÕES



Caro internauta. A sua participação com comentários, sugestões, **críticas**,.. é sempre bem vinda e poderá ser postada, **caso o texto**, coerente com o assunto abordado, tenha redação adequada a um *forum* de debates pautado no bom senso - clique na caixa de correio e envie, indicando o assunto como título do texto e torne-se um confrade da CONFRARIA DEMOCRÁTICA DO BOM SENSO - *CLIQUE Para informar ou cancelar seu endereço de e-mail*

Para localizar qualquer assunto ou nome pressione 'Ctrl' e 'F' simultaneamente e digite parte da palavra procurada no quadro que se abre